

INTRODUÇÃO.

1

TRAJETÓRIA: PARA ENTENDER OPÇÕES E DESERÇÕES.

Esta pesquisa de doutoramento confirma e avança a minha trajetória profissional tanto no campo da filosofia como no da educação. Desde que postulei a possibilidade de entrada no doutorado percebi muito claramente que a temática de investigação deveria responder ao meu intuito de entender os processos de discriminação e preconceito em sociedades plurais, tal como entendo que seja a sociedade brasileira.

Ao iniciar o doutorado percebi que tanto na pesquisa sobre diversidade cultural que desenvolvi no mestrado em educação quanto na aproximação que realizei ao pensamento de Hannah Arendt na graduação em filosofia, eu havia mantido um eixo comum. Depois do afastamento de alguns anos observei que o pano de fundo motivador dos dois trabalhos era a tentativa de entender a nossa dificuldade – tão humana e tão bizarra – de não aceitação das diferenças que nos constituem como humanos.

Desde diferentes abordagens, uma mais filosófica e outra mais sócio-antropológica e pedagógica, eu já havia me debruçado sobre questões que me incomodavam e me despertavam a necessidade de entendimento: como e por que em nossas sociedades, ainda que sejam plurais, mantêm-se valores, posturas e processos que, direta ou indiretamente, visam eliminar a diferença? Por que rechaçar a diferença como possibilidade de existência, subjugar-la em sua dignidade legítima, ridicularizá-la em sua dissonância daquilo que é supostamente o padrão? De onde vem, efetivamente, nossa dificuldade de pensar a diferença e de agir com tolerância em contextos plurais ou multiculturais? Por que a diferença que nos constitui é eclipsada em sua riqueza e alimenta e se retro-alimenta de processos de desigualdades sociais? Por que o lugar social de inferioridade, desprezo e estigma para negros, homossexuais, mulheres, deficientes físicos,

indígenas, obesos, nordestinos e todos e todas que não correspondam ao ideal eurocêntrico, branco, cristão, heterossexual, magro e bronzeado, escolarizado, autonomamente individualizado e de classe média ávida pelo consumo?

A estes questionamentos se poderiam encaminhar distintas pesquisas. As que parecem mais evidentes são aquelas que se relacionam à nossa constituição histórica e às condições sócio-econômicas. A colonização, a escravidão, as desigualdades sociais e o modo de produção capitalista, sem dúvida alguma, ajudam a explicar tais fenômenos. Porém, só parcialmente. Claro está, então, que ao pensamento histórico, social, político e econômico devem se somar outras abordagens, tais como nos cabe na filosofia e na educação. Esta foi e tem sido a minha aposta.

Sendo assim, durante a graduação em filosofia, aproximei-me do pensamento de Hannah Arendt, através de uma pesquisa bibliográfica orientada para a elaboração da monografia de bacharelado. Ainda que tenha sido um estudo modesto e com os limites daquele processo formativo, percebo que as questões com as quais tive contato naquele momento me acompanham até hoje. Afinal, o que é o pensamento? Qual é o seu estatuto? Qual a relação entre a ausência do pensar e a banalidade do mal? Podemos relacionar a nossa maneira de pensar com o horror de nossas posturas diante da diferença? A incapacidade de estar atento às exigências do pensamento seria uma possível explicação para a nossa apatia diante de discriminações tão vis, violências tão extremas e desigualdades tão profundas? Estas questões, de motivação arendtiana, suscitaram-me mais tarde refletir sobre a relação do pensamento com a educação. Seria possível educar para o pensamento?

Já na pesquisa que realizei para o mestrado, busquei entender as relações entre diversidade cultural e educação escolar, a partir da análise da proposta político-pedagógica Escola Plural, desenvolvida no município de Belo Horizonte, MG. Optei em aproximar-me do multiculturalismo como referencial teórico e busquei entender na pesquisa de campo como uma proposta política e pedagógica encaminhava os conflitos referentes ao desrespeito à diferença ocorridos no cotidiano escolar. Ao concluir o mestrado, pude chegar a algumas conclusões. No entanto, mantinha ainda alguns questionamentos, relacionados principalmente com a problemática das reivindicações pelo direito à diferença, sua articulação com os direitos de igualdade e os conflitos aí inerentes. Além da pesquisa de

mestrado, não posso deixar de citar que durante seis anos, do término da graduação ao início do doutoramento, participei do Grupo de Estudos sobre Cotidiano Escolar e Cultura (GECEC), coordenado pela Prof^a Vera Candau, o que me propiciou um profundo mergulho nas questões sobre multiculturalismo e interculturalidade. Dessa forma, tanto a pesquisa de formação inicial quanto a pesquisa do mestrado e a participação no GECEC me aproximaram da discussão sobre tolerância e intolerância, que este trabalho tem o objetivo de aprofundar.

Respostas às questões sobre a contradição da não aceitação da diferença em sociedades marcadamente plurais apresentam um campo bastante amplo e complexo. O tema tem sido motivador de um considerável número de pesquisas em diferentes áreas das ciências humanas e sociais e que costumam ser abreviadas no que mais recentemente se chama de estudos culturais. Referências como Stuart Hall, Homi Bhabha, Will Kymlicka, Charles Taylor, Julia Kristeva, Boaventura Souza Santos e Nestor Garcia Canclini são hoje portas obrigatórias de entrada, e não necessariamente de saída, para estes estudos.

A minha própria trajetória durante o doutoramento, no entanto, levou-me a outras opções. Sem desconhecer ou desconsiderar as contribuições dos estudos culturais, minha opção como pesquisador foi de retornar às origens, ou seja, revisitar o pensamento de Hannah Arendt e buscar uma fundamentação filosófica para a compreensão da relação central proposta como objeto de pesquisa, tolerância e educação. Essa opção me levou diretamente aos estudos sobre filosofia política e ética aplicada. Nesta perspectiva, entre tantas alternativas possíveis, optei também por uma aproximação ao pensamento de Adela Cortina, representante do que virei a chamar neste trabalho de “Escola de Valencia”.

Ainda que pareça remar contra a corrente majoritária, estas opções obedeceram simplesmente ao critério de dar-me os suportes necessários para compreender o conceito de tolerância como um “valor-atitude” legítimo para uma proposta de agenda ética numa sociedade plural e como fundamento válido para refletir sobre uma prática pedagógica que se queira respeitosa das diferenças que nos constituem dignamente enquanto humanos.

De certa forma, reconheço uma deserção – ainda que temporária – do campo dos *estudos culturais* para realizar, a meu juízo, um retorno necessário a um dos fundamentos da educação, a filosofia. Esta pesquisa se insere, dessa maneira, como uma investigação por uma filosofia da educação, privilegiando neste

diálogo a ética e a filosofia política e optando por uma análise conceitual que tem como eixo articulador, mas não exclusivo, a tolerância.

Há, no entanto, que fazer mais alguns esclarecimentos ou explicitar melhor alguns recortes, para que o leitor não crie expectativas que não serão cumpridas, ora por incapacidade minha, ora pela própria inviabilidade de tempo que um processo de doutoramento inerentemente apresenta. Neste sentido, não buscarei aqui justificar explicitamente a relação entre filosofia e educação, mas, ao contrário, tomá-la-ei como algo já posto, aceito e amplamente consolidado entre nós. Esta pesquisa visa tão somente contribuir para uma fundamentação crítica e sistemática de toda e qualquer ação educativa que se queira respeitosa das diferenças que dignamente nos constituem, apresentando, assim, o conceito de tolerância tanto como valor quanto como atitude.

Sendo assim, o mote dessa discussão tentará demonstrar que **“tolerar não é pouco”**. A fim de apresentar o roteiro de viagem que me levou a esta convicção, parto para os itens: justificativas, objetivos, hipóteses e metodologia, que introduzirão o leitor na tarefa por mim assumida.

2 JUSTIFICATIVAS.

2.1. Um injusto rechaço.

Durante a realização desta pesquisa, em congressos, seminários e aulas, na discussão do projeto ou mesmo em conversas informais, escutei de diferentes pessoas afirmações do tipo: *Não gosto da palavra tolerância porque lhe falta utopia, proposta; Tolerância é uma atitude antipática, pois revela indiferença com o outro; ou ainda: Parece atitude de gente que se sente superior e permite a presença do outro.* Assim, antes de qualquer justificativa tenho que reconhecer que muitos rejeitam o conceito de tolerância por considerar que ele representa *“uma atitude neutra de quem não quer aceitar e muito menos amar o outro, mas apenas ‘tolerar’, permitir, como um favor de condescendência, que ele exista”*. (MENEZES, 1997:40).

Ora, esta objeção ao conceito de tolerância de tão presente, no discurso acadêmico e mesmo em falas cotidianas, acabou por me chamar a atenção, pois em minhas reflexões sempre considerei que se ao menos nos tolerássemos de verdade, isso já seria muita coisa. Um ganho tremendo! No entanto, os argumentos contra a tolerância não eram – e ainda não são – poucos e nem de fácil resposta. Necessitava, então, fazer um percurso de compreensão mais profundo para publicamente sustentar justificativas racionais e suficientes em sua defesa. De certa forma, esta pesquisa responde a certo enamoramento que sempre tive com o conceito e à minha percepção de um injusto rechaço ao seu significado.

Creio que se tenho algum mérito nesta pesquisa foi o fato de manter-me firme num tema que a princípio e ao longo do doutoramento me parecia maldito. Na verdade, fui descobrindo que se tratava de um tema polêmico e em disputa. Isso de certa forma me motivou a entrar na arena e a me posicionar em defesa do maldito e malvisto – e por que não, mal-compreendido – conceito.

As críticas mais comuns, e com a devida pertinência, são de que tolerância remete-se a uma proposta que marca a falta de utopias, ou seja, uma proposta destituída de projetos. Essas críticas geralmente se baseiam na idéia de que a tolerância é um valor menor no campo da ética e das relações sociais. Parecem crer que a tolerância é uma atitude simples demais, quase um favor que se faz ao outro, mas que na verdade não o aceita. Em resumo, acredita-se que a tolerância é pouco. E assim, os críticos da tolerância reclamam atitudes éticas mais “musculosas”, tais como: solidariedade, amor ao próximo, fraternidade, igualdade, respeito, compreensão, entre outras, e não apenas a “mirrada” tolerância, essa atitude “anêmica”, pois cheia de indiferença. Alega-se, nesse raciocínio, que no campo da ética devemos ser mais ousados, impulsionar sonhos e projetos que nos mobilizem, que nos dêem sentidos e sentimentos mais amplos, nunca restritos. Ou seja, reclama-se uma dimensão mais propositiva, ausente da temática da tolerância e, sendo assim, supostamente mais necessária que ela.

O que tentarei sustentar aqui é que tolerar não é pouca coisa, ainda que assim comumente nos pareça num primeiro momento. Tentarei situar a importância desse “valor-atitude” frente às práticas sociais intransigentes e também no campo educacional.

2.2. Tolerância e os ideários fundacionais do ocidente.

O primeiro aspecto que me vejo obrigado a examinar, ainda que de maneira breve e preliminar como pede uma introdução, é esta oposição tão nítida e segura ao conceito de tolerância. Por que, afinal, para nós tolerar é pouco? Acredito que muito se explica se tomarmos como ponto de partida a nossa maneira ocidental de pensar e agir, que tem por fundamentos os ideários judaico-cristão e iluminista.

Do ideário judaico-cristão herdamos com grande força a máxima que devemos nos amar, pois somos todos filhos de Deus. A concepção de mundo ocidental e a concepção de mundo judaico-cristã, apesar de algumas lacunas evidentes, possuem uma relação estreita e profunda; funcionam como vasos comunicantes que se retro-alimentam, principalmente no campo das normas éticas. Crescemos todos e todas, direta ou indiretamente, sobre o paradigma do decálogo de Moisés e das máximas de Jesus: não roubar, não matar, não levantar falso testemunho e, numa postulação muito mais ousada e propositiva, amar ao próximo como a si mesmo. Estou ciente que há diferenças significativas entre o decálogo e o sermão da montanha, mas os tomo aqui como ideários éticos que se amalgamaram em nosso imaginário coletivo acerca da convivência social e que fundamentalmente argumentam pela aceitação e pelo respeito ao outro a partir de um sentimento de pertencimento que supostamente nos faz iguais, ou seja, a crença de que somos todos filhos de Deus e irmãos em Cristo. É essencialmente dessa profissão de fé que se derivou no ocidente a idéia de que devemos nos respeitar e amar mutuamente como uma obrigação moral.

Do ideário iluminista, herdamos também com um grande peso o discurso acerca da igualdade. Acredita-se que somos todos iguais em dignidade e direitos porque estamos dotados de razão e consciência e daí devemos agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Este imaginário ilustrado nos informa que somos todos iguais. Mas, iguais em quê? Em direitos e dignidade. E por que somos iguais em direitos e dignidade? Porque somos todos dotados de razão e consciência, responderia um iluminista típico. E, então, que compromisso moral daí decorre? Bem, se o que nos define é a razão, então devemos – racionalmente – optar por um comportamento moral justificável, devemos todos nos respeitar com espírito de fraternidade. Igualdade e razão, valores e ao mesmo tempo

características indiscutíveis do iluminismo, estão na base de nosso ideário ocidental, principalmente no campo ético.

Sem dúvida, a igualdade é um valor fundamental de nossa sociedade e da qual não estamos dispostos a abrir mão. No entanto, tem crescido entre nós a consciência de que o discurso sobre a igualdade nem sempre expressa plenamente a nossa condição humana, que é marcada fundamentalmente pela diversidade. Estamos descobrindo com mais força que não somos apenas iguais, mas também diferentes. E afirmar a igualdade não significa, em hipótese nenhuma, negar as diferenças que nos caracterizam. Hoje, mais do que nunca, vivemos num espaço e tempo marcados pela efervescência das questões trazidas pela diferença. Diferença de gênero, de raça, de classe social, de orientação sexual, de identidades, de origens, de pertencimentos, de geração, de capacidade física e mental etc. Diferença que enquanto direito ficou, até bem pouco tempo, ocultada pela força do discurso sobre o direito à igualdade. O nosso mundo é compreendido, cada vez mais, como multicultural, plural e diversificado. Neste sentido, a temática da diferença tem suscitado novas questões para o campo ético e elas não podem ser ignoradas ou minimizadas. É evidente que o direito à diferença não pode ser visto como algo que se opõe ao direito à igualdade, mas também não se pode negar que afirmar o direito à diferença traz novos desafios para esta temática.

É importante chamar a atenção para o fato de que o ocidente tem cultivado um ideário de paz entre os povos baseado principalmente na igualdade e na fraternidade, segundo a tradição judaico-cristã e iluminista. A verdade é que os ideais de igualdade e fraternidade do mundo ocidental, cristão e ilustrado, tornaram-se ousado demais e exigiram de nós um sonho, tão bonito quanto impossível. Além disso, não deveríamos deixar cair no esquecimento os diferentes processos de homogeneização aniquiladores da diferença que no ocidente se tornaram uma verdadeira empreitada etnocêntrica. E isso tem sido demonstrado tanto nas nossas tragédias ao longo dos tempos quanto no clima tenso de guerra de nossos dias. Lembremos aqui da escravidão dos negros, do holocausto dos judeus, da submissão das mulheres, da criminalização da homossexualidade, da perseguição aos ciganos, entre outros casos.

Segundo o sonho judaico-cristão e iluminista, a paz e a concórdia dominariam corações piedosos pelo amor fraterno e mentes ilustradas pela razão;

e viveríamos todos irmanados, respeitando-nos e, por isso, felizes. Infelizmente, não é assim. Pelo menos não tem sido assim. Concordo que seria mais fácil e agradável se assim o fosse, mas não o é. A igualdade não será consequência de iguais que se congregam por temer a Deus ou por tributar a razão, mas tão somente uma condição de dignidade entre os tantos diferentes que somos enquanto humanos.

Recuso-me aqui a posturas pessimistas ou derrotistas. Destaco ainda que o problema não se encontre especificamente nos sonhos de igualdade e fraternidade, mas na maneira, um tanto inocente e ousada, como nós historicamente os formulamos e cotidianamente os reafirmamos. A igualdade desvinculada, quase de costas para o direito à diferença, já apresentou seus limites. Nesta pesquisa, estou partindo do pressuposto de que para além do ideal da igualdade fraterna – máxima de inegável valor – devemos buscar estratégias de ação que nos permitam respostas mais adequadas e possíveis para a nossa prática cotidiana a cerca da garantia da dignidade daqueles que são diferentes.

2.3. Por que tolerância?

Esclarecidas, ainda que brevemente, as resistências ao conceito, uma pergunta se impõe: por que a tolerância como “valor-atitude” basilar de uma proposta ética e educativa para se garantir a convivência entre os diferentes e para se valorar a diferença como riqueza? A essa questão respondo: porque a intolerância tornou-se uma prática comum diante da diferença. Em sociedades multiculturais e marcadas pelo preconceito e pela discriminação de vários tipos – racismo, sexismo, xenofobia, homofobia etc. – a tolerância com o diferente apresenta-se como uma agenda mínima, urgente e extremamente necessária. Segundo AUGRAS (1997:78), *“quando se fala de tolerância é, na verdade, da intolerância que se trata”*.

O conceito de tolerância se coloca cada vez mais na pauta de discussão porque a intolerância com a diferença tem sido recorrente na história da humanidade e ainda hoje em nossas sociedades. Inegavelmente estamos caracterizados pela diferença e, no entanto, parece que não sabemos tratá-la. A humanidade – marcada dolorosamente pela escravidão dos negros, pelas guerras religiosas, pelo genocídio dos povos ameríndios, pelo holocausto dos judeus, pela

perseguição aos ciganos, pela aversão à homossexualidade, pela submissão das mulheres – deveria não mais permitir nenhuma manifestação de intolerância com o diferente, pois “*a intolerância não é apenas questão de não tolerar as opiniões divergentes; ela é agressiva e com frequência assassina, no seu ódio à diversidade alheia*” (MENEZES 1997:46).

MENEZES (1997:41) afirma que o termo tolerância aparece pela primeira vez entre os iluministas. O nascimento do conceito se deu no rescaldo das lutas religiosas, dos massacres recíprocos de protestantes e católicos. Os livres-pensadores, adeptos à Ilustração, viam-se discriminados e perseguidos por todos os fanatismos. E foram eles que mobilizaram a opinião pública contra os horrores da intolerância, proclamando o sagrado direito de discordar.

O conceito de intolerância tem de ser colocado em sua perspectiva histórica para ganhar o seu relevo próprio. Na verdade a tolerância surgiu historicamente como uma luta contra a intolerância, e, como as lutas contra as discriminações que vieram depois – o movimento negro, o movimento feminista etc. – tem uma atitude clara de militância, não é uma atitude primeira. É, antes, uma reação contra uma situação dada; contra a intolerância; é a defesa de um direito humano dos mais sagrados; o direito à diferença. Equivale a declarar que o intolerável mesmo é a intolerância. É uma reafirmação, uma reposição do sujeito diante da intolerância que quer negá-lo; ao afirmar-se contra sua negação, afirma-se como um direito de ser o que ele é; e nega ao intolerante o direito de negá-lo (MENEZES, 1997:42).

O conceito de tolerância surge como resposta contra a intolerância à diferença. Para além de um jogo de palavras, a bandeira da tolerância é a luta por negar a possibilidade de negar a diferença. Sendo assim, é fundamental que ao tratarmos de tolerância, pensemos na natureza, nas causas e nas consequências da intolerância. MENEZES (1997:45) afirma que “*a intolerância não rejeita só as opiniões alheias, mas também sua existência, ou ao menos o que faz o que valha a pena viver: a dignidade e a liberdade da pessoa*”. A intolerância diante do diferente tem imposto uma quantidade de maus-tratos e massacres impiedosos a grupos que sustentam um estigma, um suposto sinal vergonhoso e socialmente rejeitado. Cumpre destacar também o que MENEZES (1997:47) apresenta como ódio cego pela diferença, a ponto do intolerante “*não ver no discriminado um ser humano concreto, mas algo abstrato, ou seja, o ‘estigma’, ou a diferença hipostasiada. Assim, é comum referir-se a ele unicamente por sua diferença: um negro, um índio, um velho, uma mulher*”. A diferença substancializada incomoda ante qualquer nível de argumentação racional sobre a dignidade humana ou de nossa fraternidade enquanto espécie comum.

Seria o ódio ao diferente algo racional e passível de argumentação? Seria possível apelar para algum sentimento de irmandade ou de amor para evitá-lo? Para ECO (2001:114), em geral, a intolerância é algo selvagem, sem nenhuma razão explícita ou doutrina que a sustente:

A intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina. Nesse sentido, a intolerância tem raízes ideológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emotivas muitas vezes superficiais – não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, ou porque se fazem tatuar...

Segundo ECO (2001), os estudiosos ocupam-se com frequência das doutrinas da diferença, mas não o suficiente da intolerância selvagem, pois esta foge de qualquer possibilidade de discussão e de crítica, pois não está colocada num nível racional, mas no nível visceral. Ora, a intolerância é, em geral, raivosa, descontrolada, inexplicável e impulsiva. *“A intolerância mais perigosa é exatamente aquela que surge na ausência de qualquer doutrina, acionada por pulsões elementares”* (ECO, 2001:116). Se a intolerância é um fenômeno que se coloca num nível de irracionalidade como argumentar contra ela? Como difundir o amor fraterno em situações nas quais a razão se ausenta e o que impera é o ódio visceral contra o outro pelo simples fato de ser outro? Nesta perspectiva, será fundamental, nesta pesquisa, a contribuição de Hannah Arendt com seu conceito de *banalidade do mal*, forjado justamente a partir de uma arguta análise de um dos mais exemplares casos de intolerância da história da humanidade: o holocausto. Creio que seja possível aprender de um caso exemplar para, com os necessários condicionamentos práticos e teóricos, compreender outros casos exemplares. Eichmann e sua incapacidade de pensar não são episódios isolados, mas um caso com o qual se pode aprender.

2.4. Tolerância: entre a urgência e a necessidade.

Analisar a temática pelo seu anteposto, ou seja, dar razões suficientes para uma pesquisa sobre a tolerância tomando a intolerância como ponto de partida, de certa forma, é justificar a pesquisa a partir dos argumentos de uma situação de urgência e de necessidade. O que quero dizer é que a busca por entender e evitar os fenômenos intolerantes tem se imposto como algo urgente e necessário em nossos dias. Seja através do acompanhamento dos noticiários, dos dados revelados

em pesquisas sobre racismo, sexismo e homofobia ou da observação de nosso cotidiano, percebo o quanto a intolerância com a diferença – que se expressa claramente em forma de preconceito, discriminação e violência – tem se tornado recorrente em nossas sociedades. Assim, parece-me bastante evidente e justificável a urgência e a necessidade de se entender o conceito de tolerância como virtude e atitude moralmente exigíveis em nosso tempo.

Assim, tentarei ressaltar, tanto no contexto internacional quanto nacional, como o preconceito e a discriminação se expressam violentamente contra as diferenças que nos constituem dignamente enquanto humanos.

Iniciamos o século XXI marcados pelo terrorismo cruel e por guerras injustificáveis. Os atentados a Nova Iorque (2001), as guerras do Afeganistão (2002) e do Iraque (2003), os ataques terroristas aos trens de Madrid (2004) e aos ônibus de Londres (2005), demonstram como o clima tenso de *choque de civilizações*¹ está orientado pelo desconhecimento total do outro, pela não aceitação de outras possibilidades de organizar a sociedade, a política, a religião etc. No mundo, hoje, estão em curso dezenas de conflitos armados que direta ou indiretamente envolvem a intolerância com a diversidade cultural. E para ficar no exemplo mais recente de nossos noticiários indico o conflito envolvendo o Estado de Israel e o grupo guerrilheiro Herzbollah, no sul do Líbano (2006).

Esta dimensão da conjuntura mundial – guerra, terrorismo, confronto de culturas, intolerância com o diferente, medo generalizado – convida a uma reflexão sobre se um novo mundo é possível. Seria o sonho de um mundo irmanado e em paz algo impossível de ser realizado? A fraternidade entre os seres humanos é apenas uma ilusão? Ora, o confronto, o conflito, a disputa, a guerra entre nações e grupos – e mesmo dentro de uma mesma nação ou grupo – sempre estiveram presentes na história da humanidade. No entanto, sempre cultivamos também um ideário de paz, concórdia e irmandade entre os povos. Afinal, segundo a melhor tradição ocidental (judaico-cristã e iluminista), *somos todos iguais, somos todos seres humanos, somos todos filhos de Deus e irmãos em Cristo*. E sendo assim, dotados que somos de razão e consciência, deveríamos todos nos amar e conviver fraternalmente. Como já afirmei, não creio que devamos abrir mão do sonho de igualdade e fraternidade, mas sim devemos nos perguntar:

¹ Para utilizar uma expressão de Samuel Huntington.

por que este sonho humano não se viabiliza como tanto desejamos? E por que ele não garante a paz e a concórdia entre os povos? Quais são, afinal, as estratégias mais condizentes e capazes de melhor engendrar uma convivência harmoniosa ou ao menos pacífica?

O contexto nacional também não tem sido alentador no que se relaciona ao respeito à diferença. Exemplos de preconceitos e discriminações pontuam o nosso cotidiano. Aqui poderia lembrar ao leitor acontecimentos recentes da agenda jornalística dos últimos anos, tais como: o adestrador de cães assassinado a golpes de socos e pontapés por dezenove jovens em São Paulo porque passeava de mãos dadas com seu namorado numa praça; o dentista negro que foi “confundido” com um assaltante e assassinado a tiros pela polícia antes mesmo da possibilidade de responder a qualquer pergunta; a jovem que teve que ser retirada de um campus universitário com escolta policial, pois os estudantes queriam linchá-la porque ela praticara sexo com dois rapazes ao mesmo tempo; o jogador de futebol carioca que ao ser expulso de um jogo em Recife referiu-se aos jogadores adversários, à torcida e ao juiz como uns *paraíbas*, entre outros casos.

Estes exemplos talvez possam ser considerados casos de mau gosto retirados da imprensa sensacionalista. Sendo assim, cabe uma postura crítica em relação aos acontecimentos levantados. Seriam fatos isolados? Seriam cenas bizarras que ganham a grande mídia por seus aspectos grotescos e chocantes? Ora, por um lado, sei que a mídia vive também do espetáculo de horrores. Mas, por outro lado, também reconheço o quão dolorosas têm sido, na sociedade brasileira, as temáticas do racismo contra o negro, da perseguição aos homossexuais, da violência contra as mulheres, do genocídio dos povos indígenas e da discriminação contra os nordestinos em cidades como Rio e São Paulo. Senão, o que dizer dos alarmantes índices de violência doméstica que indicam que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil? Como explicar que a maior situação de risco de vida no Brasil hoje é a condição de ser negro entre 18 e 25 anos? Que justificativas a dar aos espancamentos de homossexuais nas praias cariocas ou às situações vexatórias em shoppings paulistanos?

Esses exemplos nos revelam o quanto o tema da diferença tem sido caro para a sociedade brasileira. Diferença de gênero, de raça, de classe social, de orientação sexual, de identidades, de origens, de pertencimentos, de geração etc. O Brasil da democracia racial, da liberação sexual e da integração nacional

também é o Brasil do racismo nada sutil, da perseguição aberta aos homossexuais, dos óbitos de mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros e da humilhação pública dos nordestinos ou de setores pobres da população. O nosso noticiário jornalístico, as pesquisas sobre violência realizadas no Brasil e a simples observação do entorno social me impulsionam e me levam a afirmar que há muito que entender sobre os fenômenos intolerantes na sociedade brasileira. Neste sentido, urge a busca de alternativas no campo educacional para a construção de uma proposta pedagógica que vise formar sujeitos comprometidos com o valor da tolerância.

2.5. Tolerância: indiferença ou valorização da diferença?

Ao apresentar aqui um recorrido de exemplos do fenômeno da intolerância não quero pintar um quadro sombrio ou pessimista. Só constatar que qualquer um, diante desses contextos, ficaria escandalizado. Ficaria?! A questão mais grave talvez resida exatamente aí: muitas pessoas não se escandalizam mais com fatos desse gênero. Tudo parece normal. O trágico dessa realidade é que se está acostumando cotidianamente com o horror intolerante. Parece que foi perdida a capacidade de se indignar, de se revoltar com tudo isso. É verdade também que, aqui e acolá, os assuntos surgiam com alguma indignação, mas a indiferença tem sido a mais recorrente e pior resposta.

O que percebo como mais contraditório é que a defesa da tolerância é facilmente acusada de acomodação e de indiferença com o outro. Ora, todo o contrário. A defesa da tolerância é resposta indignada à intolerância cotidiana, que vem sendo pouco a pouco naturalizada, como algo comum, normal, corriqueiro. Se há apatia e indiferença não é naqueles que defendem que minimamente se respeite às diferenças através de uma postura tolerante. Assim, reafirmo: tolerar não é ser indiferente, mas sim levantar com indignação a bandeira da valorização da diferença e da sua não eliminação. Defender a tolerância é combater a intolerância e, mais do que isso, é também uma tentativa de superar o clima de apatia e acomodação diante da violência racista, sexista, homofóbica e classista presente na sociedade brasileira.

Mais uma vez o pensamento de Hannah Arendt será fundamental, pois ela nos oferece uma pista bastante interessante ao levantar a hipótese de que a

ausência da atividade de pensar nos torna desatentos, indiferentes, apáticos diante da significação do mundo, propiciando assim um ambiente privilegiado para o fracasso moral. Ao acompanhar o julgamento do carrasco nazista Adolf Eichmann, Hannah Arendt teria se impressionado com uma característica do réu: a sua superficialidade. Hannah Arendt não viu naquele homem nenhuma monstruosidade ou o mal substancializado, mas uma inacreditável incapacidade para a reflexão. O alto oficial nazista era um homem comum, superficial, que vivia num mundo de clichês. É a esse fenômeno que ela chama de *banalidade do mal*.

Neste sentido, esta pesquisa tem um desafio a mais, pois visa demonstrar que a tolerância não é bela indiferença com o outro, mas, todo o contrário, é um convite para a saída da indiferença, do desinteresse, da apatia. No entanto, há que se questionar: uma abordagem do conceito de tolerância pode, de fato, ajudar a nos retirar de tal imobilismo ou poderia fornecer munição à situação que se visa combater? Esta foi uma questão que durante a pesquisa busquei não fugir nem esquecer.

Ficam ainda algumas perguntas que justificam uma investigação do conceito de tolerância como um fundamento para a prática pedagógica. Afinal, o que se pode fazer no campo educacional a fim de superar a falta de indignação diante dos fatos intolerantes? E mais: pode a educação contribuir para que esses fatos não ocorram? Sendo assim, esta pesquisa também se justifica como tentativa de oferecer fundamentos éticos e epistemológicos para uma educação contra a apatia imobilizante, tão premente em nosso tempo.

Enfim, estas são, em linhas gerais, as questões e as temáticas que me impulsionaram na pesquisa e, a meu juízo, justificam-na como uma investigação válida. A partir delas formulei a hipótese de pesquisa e os objetivos que serão apresentados a seguir. Hipótese e objetivos que busquei responder através de uma pesquisa teórica, tal como elucidado no item sobre a metodologia.

3 HIPÓTESE.

A educação tem um papel fundamental a desempenhar no embate por sociedades menos intolerantes e mais abertas às diferenças que dignamente nos constituem enquanto humanos. No entanto, não se trata de uma educação qualquer. É imperativo que seja um projeto educacional capaz de entender e incorporar em sua prática pedagógica o valor da tolerância, que, neste sentido, precisa ser fundamentado e consolidado.

Minha hipótese de investigação parte da convicção de que para se entender os fenômenos intolerantes, tais como eles se apresentam em nossa sociedade hoje, os conceitos *banalidade do mal* e *estatuto do pensamento* formulados por Hannah Arendt são de importância capital. Sendo assim, postulo que entender a intolerância como banalidade do mal e propor o estatuto do pensamento como uma possibilidade de se evitar o fracasso moral devam ser tarefas de uma educação que se pretenda eticamente comprometida com o respeito à diferença.

Ainda como hipótese de trabalho, proponho o entendimento da tolerância como requisito mínimo e moralmente exigível para a convivência social, bem como princípio fundamental para uma educação que busque trilhar caminhos que forneçam um ambiente social e pedagógico favorável à atividade do pensamento e conseqüentemente desfavorável para a banalidade do mal intolerante. Postulo, então, a compreensão dos conceitos de justiça e de felicidade como basilares para a distinção entre *éticas de mínimos* e *éticas de máximos*, recorrendo sobretudo ao pensamento de Adela Cortina para fundamentar a hipótese da tolerância como um “valor-atitude” de uma ética mínima, urgente e necessária. Tal agenda mínima no campo da ética será compreendida e inter-relacionada com uma postura educativa que seja respeitosa das diferenças que dignamente nos constituem.

Minha hipótese de trabalho, em última instância, visa sustentar que tolerar não é pouco, mas, ao contrário, trata-se de um “valor-atitude” fundamental, basilar, tanto no campo das normas éticas quanto no campo educacional. Tolerância, a meu juízo, é um mínimo moralmente exigível, ou seja, aquele pouco que revela o fundamental. E o que é fundamental, na verdade, não é pouco, é sim o mais importante.

4 OBJETIVOS.

O objetivo mais amplo desta pesquisa é buscar entender quais são as relações entre as reivindicações pela diferença e as garantias de igualdade, suas conseqüentes implicações com o conceito de tolerância e as possibilidades da educação diante destas temáticas. Mais especificamente, a pesquisa visa mapear e entender o conceito de tolerância, num contexto de urgência e necessidade, relacionando-o com a realidade dos fenômenos de intolerância e fundamentando-o a partir da concepção de uma ética mínima e moralmente exigível a todos e todas que queiram se comportar com justiça em relação às diferenças que dignamente nos constituem enquanto humanos.

A partir das justificativas apresentadas anteriormente e a fim de comprovar a hipótese de investigação, os objetivos específicos se desdobram da seguinte maneira:

1. Analisar a gênese e a construção histórica do conceito de tolerância nos âmbitos da filosofia política e da ética, privilegiando uma abordagem crítica e contextualizada das contribuições realizadas ao longo da história da filosofia, bem como do debate contemporâneo sobre o conceito.
2. Fundamentar e precisar a definição do conceito de tolerância enquanto virtude e atitude fundamentais e moralmente exigíveis, a partir do conceito de *ética de mínimos* e *ética de máximos*, tendo em vista a fundamentação de uma proposta educacional que pretenda responder aos atuais desafios em tempos de preconceitos, discriminações e intolerâncias.
3. Examinar o conceito arendtiano *banalidade do mal* e suas implicações morais com o *estatuto do pensamento*, privilegiando o estudo das obras *Eichmann em Jerusalém* e *A Vida do Espírito*, a fim de buscar contribuições para se entender a prática pedagógica na sua relação com a formação de sujeitos eticamente comprometidos com o respeito à diferença.

5 METODOLOGIA.

Esta é uma pesquisa teórica. Neste sentido, o caminho – *methodos* – escolhido é bastante claro: eleição de conceitos chaves, revisão de bibliografia e sistematização dos conceitos, reinterpretados pela ampliação da bibliografia estudada. Uma pesquisa teórica pode vir acompanhada de diferentes adjetivos a fim de identificar o método empregado: analítica, comparativa, sistemática, transcendental, histórico-crítica, hermenêutica etc. Considero que a presente pesquisa, tal como a maioria das pesquisas teóricas, corresponda, a sua maneira, a cada um dos adjetivos apresentados e até a outros. No entanto, a fim de evitar imprecisões, creio ser conveniente afirmar minha identificação com a hermenêutica, no sentido de reconhecer na filosofia uma capacidade de (re)interpretar e (re)significar cada tema ou conceito sempre que este é (re)visitado por ela. Creio também que cabe a toda e qualquer hermenêutica apresentar as razões suficientes para as suas interpretações, ou seja, justificar de maneira racional os sentidos que encontra ou retira dos conceitos abordados.

Sendo assim, o objeto central dessa investigação hermenêutica é o conceito de tolerância. Para analisar e construir uma interpretação e significação originais sobre o conceito central desta pesquisa, escolhi três frentes de trabalho com diferentes análises que se articulam.

A primeira empreitada responde à análise da gênese e da construção histórica do conceito de tolerância nos âmbitos da filosofia política e da ética. Para isso, analisei tanto alguns precedentes renascentistas como alguns pensadores modernos, tais como: Locke, Voltaire, Graco Babeuf e Stuart Mill (Capítulo 1). Para algumas notas contemporâneas sobre o conceito, recorri a pensadores e comentaristas mais recentes: Karl Popper, John Rawls, Norberto Bobbio e Michael Walzer. Para esta tarefa também busquei uma produção ainda mais recente, discutida pelos organismos internacionais, tais como a ONU e a Unesco. Há ainda uma rica produção apresentada no XV Congresso Interamericano de Filosofia e II Congresso Iberoamericano de Filosofia, ambos celebrados em Lima, Peru, em Janeiro de 2004 e dedicado especialmente ao tema da tolerância. (Capítulo 2).

A segunda frente de análise é sobre a obra de Hannah Arendt. Entre as obras da autora, privilegiei especialmente duas: *Eichmann em Jerusalém* e *A Vida do Espírito*, o que em hipótese nenhuma significou a exclusão de outras obras fundamentais no pensamento arendtiano, tais como: *A Condição Humana*, *Origens do Totalitarismo* e *Entre o Passado e o Futuro*. Minha intenção nesta parte do trabalho foi articular a intolerância, enquanto anteposto do conceito central da pesquisa, com o conceito de *banalidade do mal* de Hannah Arendt. E como via alternativa busquei entremear uma proposta de educar para o pensamento. (Capítulo 3).

A terceira frente de análise é sobre a categorização entre *ética de mínimos* (ética de justiça) e *ética de máximos* (ética de felicidade). Neste terceiro front, foram privilegiadas as obras de Adela Cortina, eminente pensadora da “Escola de Valencia”. A ênfase na produção de Adela Cortina justifica-se por ser uma temática relativamente nova e ainda restrita no campo da filosofia. Poucos são os pensadores que têm se dedicado a esta temática especificamente. Outra justificativa para esta ênfase se refere à qualidade e, ao mesmo tempo, à quantidade de obras e publicações que a autora tem produzido a partir dessas categorias de análise. (Capítulo 4)

Através de uma hermenêutica crítica e sistemática, espero sinceramente haver conseguido, com clareza e distinção, oferecer as razões suficientes para justificar a abordagem do conceito de tolerância como uma pauta pendente de re-interpretações e re-significados para uma agenda mínima tanto no campo da ética quanto no campo educacional.

Uma hermenêutica é sempre uma interpretação pessoal, pois também reconhece que outros caminhos são válidos e possíveis. Neste sentido, uma hermenêutica apenas é válida se apoiada nos clássicos, na literatura já consolidada no campo e na capacidade crítica de identificar limites e imprecisões, porém fundamenta-se também numa determinação firme e não arrogante, pois apresenta as razões suficientes para afirmar: este é o meu caminho, esta é a minha interpretação, esta é a minha tentativa de colaborar com um campo que me constitui e o qual eu ajudo a constituir.